

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES FACE À UHE BELO MONTE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS RUC SÃO JOAQUIM E LARANJEIRAS EM ALTAMIRA-PA

Ronicleici Santos da Conceição¹
José Antônio Herrera²
Gleiciely Barroso Carvalho³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a desterritorialização das crianças e dos adolescentes realocados para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) São Joaquim e Laranjeiras no município de Altamira, Sudoeste do Pará, caracterizando as dinâmicas e as condições de vida no processo de reterritorialização. Para tal, utilizou-se a pesquisa qualitativa, pesquisa documental nas instituições da rede de proteção das crianças e dos adolescentes, e órgãos e instituições ligados ao empreendimento Belo Monte. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com crianças, adolescentes e adultos, além da produção de desenhos como forma de capturar a percepção do sujeito sobre os diferentes espaços. A desterritorialização está relacionada às rupturas nas relações materiais e imateriais no uso e apropriação do território dos sujeitos em análise, desencadeadas pela inserção da Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, além das dificuldades de adaptação ao novo espaço de moradia. Assim, em meados de 2015 e 2016, foi realizada análise nos RUCs São Joaquim e Laranjeiras e constatou-se, nos serviços básicos de educação, saúde e lazer, ausências e deficiências que têm, conseqüentemente, interferido de forma direta nas condições de vida das crianças e adolescentes sendo possível observar, através dos desenhos e falas, um grande sentimento de pertencimento aos territórios de origem, sobretudo por causa da ruptura parcial ou total das redes de sociabilidade familiar e comunitária.

Palavras-chave: Desterritorialização. Crianças e Adolescentes. Políticas Públicas. Reassentamentos.

ABSTRACT

The present article intends to analyze the deterritorialization of children and teenagers relocated to São Joaquim and Laranjeiras Urban Collective Resettlements in Altamira, southwestern Pará,

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016), mestrado em geografia pelo no Programa de Pós-graduação em Geografia/ PP GEO/IFCH pela Universidade Federal do Pará, campus Belém (2019) sob orientação do Prof. Dr José Antonio Herrera. Atualmente é doutoranda pelo então Programa de Pós-graduação em Geografia/ PP GEO/IFCH e está vinculada como pesquisadora do Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM) no campus universitário de Altamira e membro do Centro de Informação e Formação do Xingu (CEF ORM XINGU) e da Rede de Pesquisa Xingu (REDEX).

² Possui graduação em Licenciatura Plena Em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Pará (2001), graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2018), mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (2003) e doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente é professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pará, na Faculdade de Geografia no Campus Universitário de Altamira e professor permanente no Programa de Pós-graduação em Geografia - PP GEO / IFCH / UFPA - Campus Universitário de Belém. Coordenador do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia - LEDTAM. Atualmente é Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PP GEO / IFCH / UFPA (Portaria 1972/2019). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Território, Produção do Espaço; Grandes Projetos, Hidrelétricas; Relação Campo-Cidade.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará no Programa de Graduação de Pós-graduação em Geografia PP GEO, possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2016). Tem experiência na área de Geografia Humana e possui vínculo com o Laboratório de Geografia das Dinâmicas Territoriais na Amazônia

characterizing the dynamics and life conditions on the process of reterritorialization. To do that, the utilized method was qualitative research, documental research in the protection institutions of children and teenagers as well as in organs and institutions linked with Belo Monte project. Besides that, semi-structured interviews were also realized with children, teenagers and adults, as well as drawings as a way to capture the perception of the subject on multiple spaces. The deterritorialization is the motto of the rupture of the material and immaterial relations on the use and appropriation of the territory from the subjects in analysis, triggered by the insertion of Belo Monte HPP, aside from the difficulties of adaptation to the new living space. Considering that, in mid-2015 and 2016 the São Joaquim and Laranjeiras UCRs were analyzed and it was noted lacks and deficiencies of basic education, health and leisure services who consequently has directly interfered on the conditions of children and teenagers, being possible to observe throughout the drawings and interviews a great feeling of belonging to the original territories, specially because of the partial or total rupture of family and community sociability nets.

Keywords: Deterritorialization. Children and Teenagers. Public Politics. Resettlements.

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos neodesenvolvimentistas no Brasil têm reconfigurado as relações sociais materializadas no espaço graças aos mandos e desmandos do capital em uma conjuntura histórica e político-institucional, sobretudo na região Amazônica, que comporta um dos maiores potenciais hídricos do país, dentre eles a bacia hidrográfica do rio Xingu. Devido a isso, a região da Volta Grande do Xingu, que abrange os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu e Brasil Novo, passou a abrigar uma das maiores usinas hidrelétrica do mundo, a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, que tem em sua matriz de produção energética o desencadeamento de novos problemas sociais aos sujeitos diretamente impactados pela Usina.

Nesse contexto, as crianças e adolescentes de Altamira/Pará, considerada uma cidade média por Miranda Neto (2016), sofreram com o processo de desterritorialização, isto é, com as rupturas de suas relações econômicas, políticas e culturais ao serem reassentados nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) *São Joaquim e Laranjeiras* criados pela empresa Norte Energia, a responsável pela construção e operacionalização da UHE Belo Monte e principal causadora e/ou impulsionadora dos impactos sociais na cidade de Altamira/PA.

Desse modo, as precárias condições de vida dos jovens reassentados nos RUC, a perda dos laços afetivos e alteração dos seus modos de vida no aspecto econômico e cultural demonstram a intensificação das mazelas sociais desencadeadas pela inserção de um grande projeto neodesenvolvimentista que desconsiderou a multidimensionalidade dos impactos que vão além da materialidade do território.

Nesse cenário, a pesquisa foi desenvolvida mediante o método qualitativo, abordado por Minayo (2000), que analisa o objeto a partir da sua essência qualitativa, na qual a

realidade social é apreendida pelo pesquisador por meio de sucessivas aproximações, idas e vindas, realizando um diálogo entre a teoria e a realidade apreendida.

1 METODOLOGIA

A delimitação de um método que se aproxime do objeto em análise se configurou como um grande desafio, principalmente por que na Geografia existe uma lacuna de estudos sobre crianças e adolescentes no espaço geográfico e suas relações de territorialidades. Assim, o método de pesquisa qualitativa permitiu compreender os sentimentos e os significados que os sujeitos em análise tinham em relação aos seus espaços de convivência familiar e comunitária. Nessa perspectiva, Minayo (2000) compreende o método qualitativo como um recorte característico das Ciências Sociais (pensadas enquanto campo científico que se distingue das Ciências Naturais) que busca entender o objeto de maneira essencialmente qualitativa.

Desse modo, o presente trabalho utiliza a pesquisa qualitativa para analisar as condições de vida dos sujeitos crianças e adolescentes a partir do processo de desterritorialização para os RUC São Joaquim e Laranjeiras, localizados no perímetro urbano da cidade de Altamira/PA, como pode ser observado no mapa 1 a seguir. A instrumentalização da pesquisa se deu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise documental e de desenhos e mapas mentais produzidos pelas crianças e adolescentes reassentados.

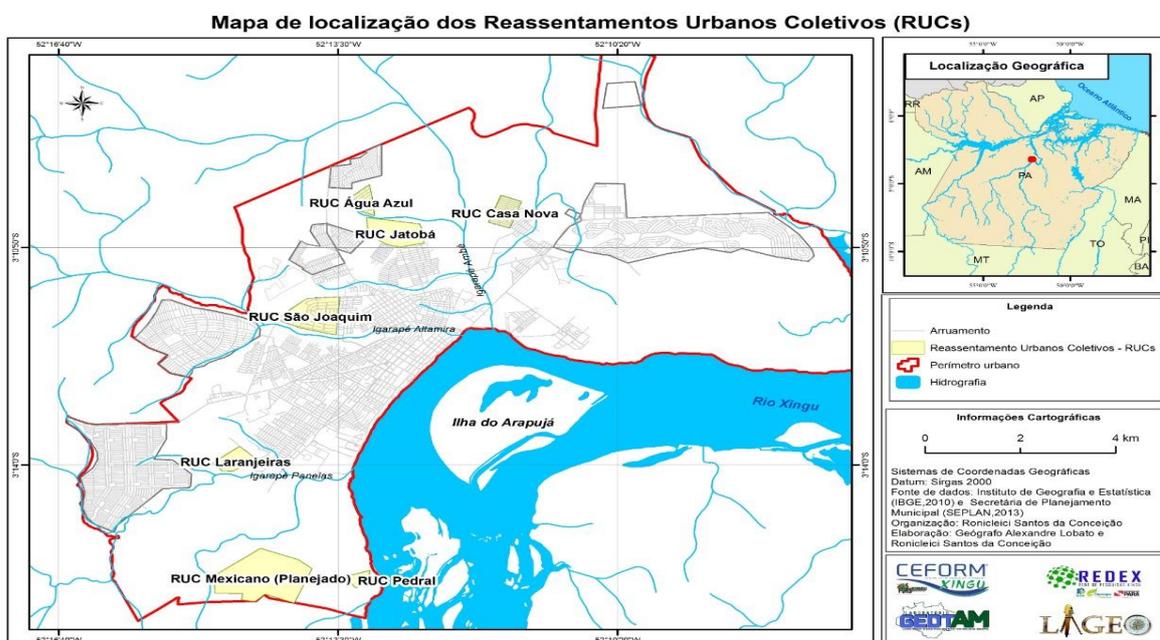
Foram entrevistados crianças, adolescentes, familiares, conselheiras tutelares e membros do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). É importante destacar que durante a pesquisa se buscou o envolvimento máximo dos sujeitos territoriais, dando-lhes a possibilidade de dialogar sobre os assuntos sem (re)pressão e/ou indução por parte do pesquisador.

A pesquisa foi realizada a partir de quatro segmentos: 1) movimentos sociais, em específico o MAB; 2) Conselho Tutelar de Direito de Altamira (CTDA), com base em entrevista e análise documental dos relatórios anuais atendidos pelo órgão; 3) sujeitos atingidos (4 adultos e 3 crianças do RUC São Joaquim, e 3 adultos e 2 crianças do RUC Laranjeiras); e, por fim, 4) o Núcleo do Migrante de Altamira com a finalidade de compreender como a migração de trabalhadores para o empreendimento afetou nas condições de vida dos sujeitos em análise.

A observação participante, com base em Marconi e Lakatos (2007), foi um recurso que permitiu acessar o cotidiano, comportamentos e as formas com que as crianças e adolescentes vivenciam os novos espaços de moradia. De certo, esta metodologia também possibilitou a produção do desenho do mapa mental pelas crianças e adolescentes, para o qual foi solicitado aos entrevistados que expressassem no papel o que ainda conseguiam lembrar-se sobre o antigo território, porém a maior parte desses sujeitos, inibidos por quase ou nunca terem sido atores principais de uma pesquisa social, não aceitaram participar da elaboração do mapa mental, concordando em apenas relatar em poucas palavras como foi a moradia e o processo de deslocamento compulsório. Ainda assim, todas as 15 entrevistas realizadas e as informações coletadas em campo com as crianças, adolescentes e seus respectivos responsáveis legais, foram utilizadas como forma de análise nesta pesquisa.

É importante frisar que nem todas as entrevistas realizadas foram descritas diretamente no corpo deste artigo, entretanto todo o material de análise passou por um processo de tratamento das informações que serviu para a análise, compreensão e elaboração do presente trabalho, haja vista que os órgãos institucionais citados e os sujeitos, incluindo os entrevistados do MAB, vivenciam os impactos com a implantação da UHE Belo Monte.

Mapa 01: Localização dos RUC São Joaquim e Laranjeiras no perímetro urbano da cidade.



2 AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO REASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM E LARANJEIRAS

Como exposto anteriormente, a ciência geográfica, muito embora tenha evoluído teórica e metodologicamente nas suas abordagens aos longos dos anos, ainda possui uma lacuna nas abordagens dos sujeitos crianças e adolescentes no espaço geográfico. Tendo em vista essa lacuna, a presente pesquisa norteia-se, em parte, pelos preceitos iniciais da Geografia da Infância abordados por Lopes (2006) para analisar as crianças e adolescentes em situação de reassentados nos RUC São Joaquim e Laranjeiras.

Nesse sentido, a análise das condições de vida das crianças e dos adolescentes no espaço geográfico é mais do que necessária, tendo em vista que são sujeitos que participam cotidianamente da dialética do espaço social onde as territorialidades se manifestam e se concretizam em contínuos processos de mudança no espaço-tempo.

De acordo com tal análise, a busca acelerada e desenfreada por territórios e recursos por parte do capital globalizado tem desencadeado processos geográficos ainda mais evidentes de desterritorialização nos diferentes níveis de escalas geográfica. Essa desterritorialização nem sempre é sucedida por uma reterritorialização imediata devido às rupturas drásticas nas relações imateriais ou subjetivas do território, as quais muitas vezes se perdem e/ou são fragilizadas em virtude de todo o processo, revelando na sua complexidade conceitual as relações sociais e a própria concepção de território pelos sujeitos impactados.

Na perspectiva do geógrafo Haesbaert (2002) a desterritorialização depende da ênfase que lhe é dada e possui diferentes aspectos analíticos.

Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), “técnico-informacional” (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2002, p. 132-3).

Haesbaert é, portanto, bem enfático ao afirmar que todo processo de desterritorialização é seguido por uma reterritorialização, porém a implicação da desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes em Altamira/PA envolve um conjunto de relações bem mais complexas do que demonstra o visível, em virtude de rupturas

diversas e não apenas econômicas nas relações que perpassam pela subjetividade do território, de relações imateriais vividas e concebidas no espaço (LEFEBVRE, 1991).

Dessa forma, ao analisar a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes nos RUC São Joaquim e Laranjeiras, verifica-se que o processo de desterritorialização prosseguido por uma reterritorialização acontece, segundo Haesbaert (2002), de formas diferenciadas. Isso foi observado no decorrer da pesquisa em campo, pois algumas famílias estão conseguindo se adaptar de forma mais rápida ao novo espaço porque o deslocamento aconteceu de maneira menos conflituosa e houve acesso às políticas públicas disponíveis no novo espaço de habitação, sendo essas geralmente escassas no antigo território por conta da ausência do Estado. Em contrapartida, também se verifica o outro lado do processo de reterritorialização: a lentidão na adaptação ao novo espaço, na construção e consolidação de novas bases territoriais que se encontram fragmentadas pelo rompimento das relações de vizinhança e parentesco que não mais se mantém nos reassentamentos.

Em tal premissa, os sujeitos em análise demonstram processos reversos a um modelo de desenvolvimento que não os envolvem nas partilhas e benefícios do capital, mercado, sobretudo, pela ausência do Estado em não monitorar as ações do empreendedor no processo de consolidação de políticas públicas básicas e específicas. Isso fica evidenciado na fala do entrevistado E1, do RUC São Joaquim, que aponta como o principal problema das crianças e adolescentes as consequências da não opção de escolher o reassentamento em que gostariam de morar, além da falta e/ou funcionamento inadequado de alguns órgãos e instituições públicas no RUC.

Hoje, escola, pela distância. Meu filho acordava seis e meia, ia pra escola de pé. Hoje ele vai acordar cinco e quarenta, e seis horas ele tem que tá no ponto pra poder ir pra escola. Se hoje uma professora deixou de ir ele vai ficar na escola até doze e quinze pra poder vim pra casa, independente dele sair cedo, independente dele sair tarde, então isso pra eles é muito complicado entendeu? (Entrevistado E1, registro realizado em 30/09/2015).

Nesse mesmo contexto, a moradora do RUC Laranjeiras faz a seguinte reflexão:

Sim, a distância da escola porque não inauguraram essa daqui ainda, tá toda feita, mas ainda não inaugurou. Minha filha tava estudando lá perto do Ambé, aí ela chegava às sete horas da noite, isso quando meu marido não ia buscar. (Entrevistada F1, 29/08/2015).

São perceptíveis, portanto, as disparidades entre as condições reais dos novos territórios mediante aquilo que estava planejado oficialmente pelo empreendedor e como o mesmo divulgou em um dos seus relatórios oficiais:

Como em todos os bairros construídos pela Norte Energia, o Laranjeiras possui infraestrutura completa com suas ruas pavimentadas, passeio adaptado para cadeirantes e pessoa com deficiência visual, drenagem pluvial, energia elétrica, iluminação pública, água potável encanada, sistema de esgoto e Unidade Básica de Saúde, já concluída para ser entregue a administração pelo poder municipal. (NESA, 2015b).

Entretanto, aquilo que de fato a Norte Energia S.A. (NESA) afirma em seu relatório não é exatamente o que se verifica na realidade vivenciada nos RUC. Os reassentamentos, segundo observação, apresentam uma “sensação de perfeição”, tendo em vista o embelezamento paisagístico que oferecem, numa padronização de casas e com ruas pavimentadas. Contudo, o que está em discussão analítica não são apenas as questões estruturais dos RUC, mas os efeitos das políticas públicas cumpridas ou mal cumpridas que interferem nas condições de vida dos sujeitos reassentados, pois há uma insatisfação desses sujeitos que vivenciam os espaços e de fato conhecem as implicações sociais que a falta ou mal cumprimento das condicionantes causaram de forma imediata.

Os descumprimentos de algumas condicionantes na construção dos reassentamentos em análise reforçam mais uma vez os malefícios do capital e o despreparo intencional e/ou estrategicamente pensado do Estado e do empreendedor em consolidar políticas para a gestão e ordenamento territorial, como pode ser averiguado a partir do seguinte trecho da entrevista realizada no RUC Laranjeiras:

E aquele posto tá fazendo o que lá parado? Gente, pelo amor de Deus, a minha menina tá com vacina atrasada, sabe? Aí eu fui na campanha, que a dita vacina né, já apareceu outra vacina aí com a vacina da gripe e eu tô precisando tratar a minha outra, a BPP, e num tem. Esse posto de saúde aí gente, juntemo uma mulherada aí e fumo lá, quem tava tomando de conta daquilo lá tava fazendo daquilo lá de motel. (Entrevistada C, 29/04/2016).

O relato acima remete a indagações diversas quanto ao processo de reterritorialização, pensando nas múltiplas territorialidades e a ruptura de algumas relações imateriais em processos de traumas psicológicos que podem perdurar por diversos anos, ou até mesmo gerações, a ponto de formar territorialidades fragilizadas. A isso, somam-se questionamentos sobre como ficará a vida dos sujeitos reassentados e a que ponto uma política interfere no desenvolvimento social para uma reterritorialização de qualidade. Não é dizer que a

reterritorialização depende apenas da inserção de políticas públicas de saúde, educação, lazer e segurança pública, mas dizer que a implantação e o bom funcionamento das mesmas é um instrumento facilitador na reprodução enquanto ser social.

As condições de vida dos sujeitos entrevistados estão em processos de instabilidade social devido à desterritorialização compreendida pela perda de relações sociais materiais, imateriais, culturais, simbólicas e afetivas vividas e concebidas (Lefebvre, 1991) como bem pode ser observado a partir da fala de um morador do RUC São Joaquim:

[...] uma mudança é sempre mudança, né. Foi um impacto porque praticamente eu mexo com salgado e tô dando seguimento à padaria, essas duas semanas entregando salgado, vire e mexe, eu entro na minha rua, que fica ali ao lado, na entrada do anel viário, né, na virada da Transbrasiliana. Aí, quando eu pensar que não, dia desse eu cheguei, quando eu descendo a ladeira, eu: 'eita, tô em casa!' Então o sistema de readaptação é um pouco assim demorado, né, para gente se acordar e falar, agora eu to num novo bairro, a vizinhança é diferente, a gente tem que fazer novas amizades.
(Entrevistado D, registro 30/09/2015).

Considera-se, em tal contexto, que a desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes é emblemática a ponto de implicar numa reterritorialização fragilizada, com inseguranças nas identidades de pertencimento ao lugar, o que pode resultar em um constante movimento de desterritorialização. Assim, entende-se que a reterritorialização não se dá de forma imediata, podendo ser processual, mas a grande questão é sobre como se dará tal fenômeno, como demonstra a fala do entrevistado acima, tendo em vista a originalização de diversos problemas, sobretudo psicológicos, desencadeados ao longo desses processos.

Partindo de tais premissas, considera-se que o território do sujeito não é o território do empreendedor, pois para os sujeitos que foram reassentados os territórios são dotados de significações que ultrapassam as relações materiais do território e perpassam por um conjunto de elementos imateriais, culturais e afetivos que, na visão do empreendedor, é fator retardatário do desenvolvimento capitalista. Nesse ponto de vista, o território é tido apenas como suporte econômico em uma relação global que lhe aplica novas lógicas, como afirma Milton Santos (2002, p. 79): “A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação subverte o jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas”.

Desse modo, a realidade cotidiana das crianças e dos adolescentes reassentados permitiu entender que o território não é delimitado apenas por relações de poder político-econômicas, mas que também pode ser compreendido a partir das perspectivas subjetivas e da materialização de diferentes territorialidades com diferentes sujeitos em um mesmo espaço

geográfico onde as diferenciações formam a singularidade do lugar e permitem que o sujeito se habitue e produza relações de pertencimento ao território.

Decerto as crianças e adolescentes reassentados não são apenas sujeitos condicionados pelo meio e pelas ações capitalistas. Eles, notadamente, têm suas próprias histórias construídas em um espaço-tempo de territórios materiais e imateriais ao território imaginário, simbólico e cultural, como defende (LOPES e VASCONCELLOS, 2005, p. 39):

Toda criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que configura os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro do local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias.

Em depoimento o entrevistado G, adolescente de 15 de idade relata: “[*é*] legal, mas ao mesmo tempo é chato, porque eu gostava de lá, porque era legal” (Entrevistado G, 29/04/2016). Para tal, o sentimento de pertencimento e identidade com o antigo território é algo percebido de maneira muito significativa também entre as crianças e adolescentes, como é possível verificar na fala do entrevistado G, morador do RUC São Joaquim.

Em tal premissa, as relações e percepções das mudanças espaço-temporais ficam evidenciadas na entrevista do adolescente ao dizer que gosta do atual local de moradia, mas que, às vezes, o considera “chato” pelo fato de ter perdido a sua rede de sociabilidade familiar e comunitária. Ao ser questionado do porquê da antiga moradia ser “legal”, responde: “*meus amigos, lá eu brincava, aqui eu não brinco*”.

A percepção da criança sobre os impactos sociais ocasionados pelo processo de realocação “forçada” representa os sentimentos sobre o território de origem e as relações de amizade e de convivência comunitária desconstituída pela dinâmica da desterritorialização que interfere diretamente nas oportunidades de materialização do direito ao lazer e ao brincar, assim como no desenvolvimento biopsicossocial⁴ desses sujeitos.

Isso não quer dizer, todavia, que as antigas ocupações irregulares tidas como moradias desses sujeitos eram melhores e mais estruturadas, apenas mostra que as relações sociais materializadas no espaço, sejam elas comunitárias ou familiares, são insubstituíveis, tendo em vista que até mesmo o substrato espacial desses antigos lugares foi perdido na lógica de requalificação urbana, devido à retirada total das casas e palafitas dessas áreas para haver um embelezamento e padronização paisagística da cidade.

⁴Para melhor detalhamento do conceito, ver Piaget e Barbel (1969).

Nota-se, também, que o direito ao lazer e ao brincar das crianças e adolescentes moradores dos RUC São Joaquim e Laranjeiras estão sendo violados constantemente, para além da desterritorialização, através da inadequação dos reassentamentos com a inserção tardia de políticas públicas de lazer, saúde e educação.

Vale frisar que apenas uma área de lazer é insuficiente, tendo em vista o quantitativo de crianças e adolescentes reassentados. Desse modo, a falta de mais lugares para lazer prejudica a vida comunitária e familiar desses jovens, sobretudo porque o RUC tem apenas uma quadra poliesportiva que, segundo as entrevistas com os moradores, não é apropriada para as crianças e adolescentes usarem, pois se tornou ponto de venda e consumo de drogas.

Diante dessa realidade de insegurança pública e vulnerabilidade social, os responsáveis legais das crianças e dos adolescentes apontam que a quadra, espaço de lazer, tornou-se um ambiente propício para a exploração sexual, inclusive de menores de idade e, por esse motivo, não permitem que seus filhos utilizem o espaço, o que acaba gerando outro problema: a dependência das redes sociais digitais. Uma vez que têm seus direitos de brincar e socializar com a comunidade restringidos pelos pais, para que não sejam induzidos ao mundo das drogas e exploração sexual, essas crianças e adolescentes são obrigadas a ficarem reclusas dentro de suas próprias residências, recorrendo à internet para passar o tempo.

Nesse contexto, a falta de mais espaços de lazer prejudica a sociabilidade comunitária, o que reforça a necessidade da utilização das tecnologias de comunicação, sejam elas pela TV ou pelos celulares através do Facebook e Whatsapp, dentre outros meios de comunicação, para interagir e se comunicar virtualmente com seus amigos, sejam eles os do antigo território antes do processo de desterritorialização, ou os novos amigos criados pelas redes sociais, devido à impossibilidade de garanti-los nos espaços reais (CONCEIÇÃO e OLIVEIRA, 2016).

Cabe mencionar que a percepção das crianças e dos adolescentes sobre o território em constantes transformações, sobretudo na mudança do substrato espacial da cidade em uma nova forma e função, foi metodologicamente possível e compreensível graças à técnica da construção do mapa mental. Com esse recurso, em que o imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar, é possível revelar como o lugar é compreendido e vivido pelo sujeito (NOGUEIRA, 1994, apud SIMIELLI, 1999).

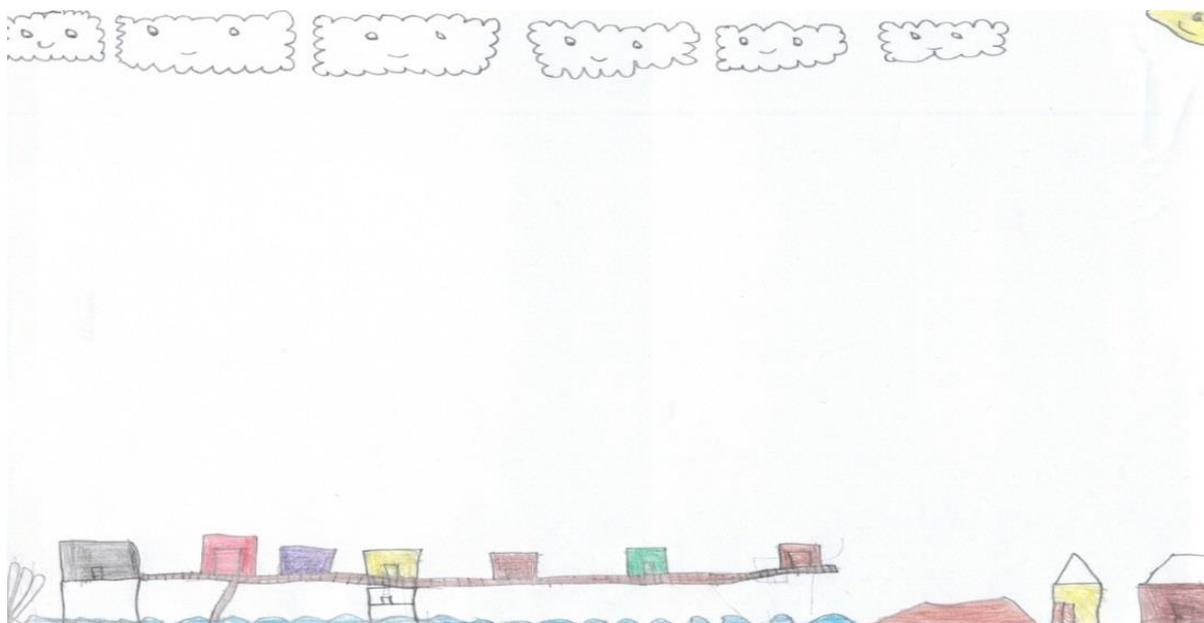
Com base em Nogueira (1976), os mapas mentais se constituem em imagens espaciais construídas de lugares conhecidos direta ou indiretamente cujas representações espaciais mentais podem ser do espaço vivido. Assim, os mapas mentais representam mais do que pontos de referência que facilitam a localização e a orientação espacial, mas contêm saberes

sobre os lugares que só quem vivencia pode revelar os seus elementos subjetivos presentes no cotidiano.

Nesse sentido, a representação da subjetividade presente no cotidiano das crianças e adolescentes desterritorializados, é manifestada na elaboração do mapa mental que, para um olhar despercebido sem pretensão analítica não passa de apenas de um desenho infantil, mas que, na realidade, se trata de manifestações do espaço percebido e vivido por elas antes da desterritorialização. Sendo assim, foi solicitado às crianças e aos adolescentes que desenhassem em uma folha de papel A4: *as relações cotidianas do antigo território que, a certo modo, reconstituísse um mapa mental, para a chegada e saída de suas casas, bem como as relações de vizinhança e as ruas em que trafegavam para brincar ou se deslocar ao centro da cidade.*

Estas relações podem ser facilmente extraídas da figura 1, produzida por uma criança de oito anos de idade, moradora do RUC São Joaquim:

Mapa mental 1: Antigo território da criança desterritorializada.



Fonte: pesquisa de campo Oliveira e Conceição (2016).

O desenho acima foi elaborado por uma criança de 8 anos e expressa a sua percepção de organização do espaço de convivência que antes era habitado por ela e sua família na rodovia Ernesto Aciole, região diretamente atingida pelo empreendimento da UHE Belo Monte por ser uma área de influência direta do enchimento do reservatório. Atualmente a localidade está totalmente reestruturada paisagisticamente.

Nesse sentido, o mapa mental 1 mostra o território antigo e a configuração socioespacial dos antigos bairros de Altamira, em específico a Rodovia Ernesto Acirole (antigo local de moradia da criança). Com o apoio do desenho, a criança narra em detalhes como eram as casas de palafitas, os seus vizinhos (que eram amigos e parentes) e como mantinham uma boa convivência. A criança, muito esperta, enfatiza que o lugar não era bem apropriado para moradia, mas diante das condições financeiras dos pais era o que lhes restava. Contudo, ela não deixa de sentir saudades das relações imateriais vividas e concebidas no antigo território (LEFEBVRE, 1991).

O território que a criança enfatiza se refere às áreas de ocupações irregulares, denominadas “aglomerados subnormais” pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São espaços que, em uma lógica política e administrativa do Estado e do ordenamento urbano, não mereciam atendimentos, sendo, portanto, desassistidas e segregadas ao longo dos anos por gestores municipais e estaduais. Porém, mesmo com todos os problemas e perigos lá presentes, as crianças e seus familiares destacam que sentem saudades das amizades e das relações comunitárias e familiares que tinham antes do processo de desterritorialização:

Lá era alagado, às vezes lá tinha cobra, lá ela [a cobra] matava cachorro, matava galinha, ela comia, a gente não podia nem brincar lá em baixo, lá, a cobra ficava lá querendo pegar. Eu gostava de correr por lá, lá pra frente, lá por baixo. Eu tinha coleguinha e as minhas irmãs cresceram ali. (Entrevistado H, 30/06/2016).

No segundo mapa mental, a mesma criança autora do mapa 1 expressa no papel a forma de enxergar o novo território, bem como as relações sociais modificadas pelo processo de desterritorialização.

Mapa mental 2. RUC Laranjeiras atual local de moradia.



Fonte: Acervo de campo, Oliveira e Conceição (2016).

Observa-se no mapa mental 2 uma configuração socioespacial distinta do primeiro mapa. De forma sintetizada a criança expressa o modelo padronizado de ocupação no RUC Laranjeiras, o qual também pode ser encontrado nos demais reassentamentos da cidade, com casas similares, pequenas arborizações e ruas pavimentadas, lugar paisagisticamente apazível para se morar. Contudo, esse embelezamento paisagístico transmitido a um olhar de “sobrevoo” escamoteia a deficiência no cumprimento de algumas condicionantes.

Ao perguntar, todavia, à criança de 8 anos o que mudou, ela dá a seguinte resposta: “*Mudou a casa, mudou a mesa, mudou tudo!*” (Entrevistado H). Assim, uma análise superficial do mapa mental 2, juntamente com a afirmação feita pela criança, provoca uma sensação de bem-estar, de conformismo sob o novo território. Porém a afirmação e o embelezamento paisagístico do reassentamento colocados nas expressões da criança não condizem com as reais implicações nas relações sociais, tendo em vista os resultados do descumprimento das condicionantes, como ressalta o entrevistado a seguir:

A gente vê todas as estruturas, todas já danificadas num curto espaço de tempo, a gente vê a dificuldade de drenagem pluvial das águas no reassentamento, a gente vê lama no meio da rua, vê barro, a gente vê asfalto afundando e são dois/três anos de reassentamento, imagine mais do que isso com dez ou vinte anos, vai ter o que dessa estrutura que foi feita? Então, a nossa crítica não é quanto à concepção de reassentamento, a nossa crítica não é ao conceito de reassentamento, a nossa crítica é à concepção que a Norte Energia adotou tornando o reassentamento qualquer vila residencial, né, [mas] qualquer amontoado de casas com construção pro povo não é adequado e a partir daí dizendo que isso é um reassentamento, pra nós a Norte Energia não fez reassentamento, ela fez aglomerado de casa né e que agora ta remendando aí, botando um posto de saúde aqui, uma quadra de esporte acolá, pra nós o conceito de reassentamento é mais amplo do que a Norte [Energia] aplica aqui na região”. (Entrevistado A1, 30/06/2016).

No entendimento do entrevistado A1, que é representante do MAB, percebe-se o questionamento quanto à necessidade de monitoramento das condições de vida nos Reassentamentos Urbanos Coletivos ao longo dos anos e não apenas enquanto o foco de atenção estiver nas suas finalizações. Em tal contexto, o acompanhamento e fiscalização do empreendedor sobre as condições de vida dos sujeitos reassentados é uma forma de identificar os avanços positivos e negativos da política de reassentamento para os atingidos por usinas hidrelétricas na Amazônia como meio de mitigar os impactos dos projetos futuros.

Nessa perspectiva, é importante pensar o território para além da materialização das relações de poder capitalista. É necessário, também, considerar as subjetividades e os elementos de valor cultural e simbólico que se formam no território ao longo do tempo.

Vale ressaltar que o futuro dos sujeitos em análise, no que concerne ao processo de reterritorialização nos RUC São Joaquim e Laranjeiras é incerto e se direciona a uma reterritorialização fragilizada e demorada, tendo em vista as fragmentações geradas pela desterritorialização desses sujeitos que habitualmente vivenciavam espaços marginalizados do perímetro urbano da cidade, onde a dinâmica urbana era voltada para as atividades pesqueiras, agricultura e a pecuária, em ritmos e métodos ainda muito tradicionais, porém quando UHE Belo Monte é inserida no território a cidade de Altamira começa a ser pautada por uma nova dinâmica econômica e política, ou seja, a cidade é reorganizada socioeconomicamente para atender às forças produtivas do empreendedor Norte Energia na construção e operacionalização da UHE Belo Monte.

Para tal, a cidade de Altamira que antes tinham uma dinâmica com características ribeirinhas e com métodos ainda muitos tradicionais da agricultura e pecuária, está se modernizando rapidamente por novas lógicas de exploração e acumulação do capital, no qual o uso e apropriação do solo se convertem em uma intensa desordem no espaço urbano da cidade. Portanto, esses reassentados, na tentativa de usufruir minimamente dos bens e serviços que o centro urbano de Altamira oferece, veem seus direitos à cidade ameaçados cotidianamente, o que instiga a questionar se é possível uma reterritorialização com qualidade e bem-estar social nos Reassentamentos Urbanos Coletivos de Altamira, tendo em vista as carências de políticas públicas que os reassentamentos não dispõem, ou dispõem sem qualidade, como é o caso da unidade de saúde e a quadra de esportes que não funcionam de forma adequada e com qualidade, e não asseguram o direito à cidadania desses seguimentos sociais, com implicações ainda maiores quando os mesmos possuem dificuldade de acessar esse conjunto de programas e ações que estão concentrados no centro da cidade, por não possuírem meios de mobilidade estáveis nos reassentamentos.

Portanto, discutir e propor responsabilidades públicas e privadas sobre a manutenção dos seus equipamentos sociais e a melhoria das condições de vida, bem como projetar o modo como as famílias irão viver e produzir tais espaços sociais ultrapassam os limites de responsabilidade do empreendedor e perpassa por diferentes esferas do poder, sobretudo, o poder municipal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desterritorialização sofrida pelas crianças e adolescentes por causa da implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, reforça as mazelas de um desenvolvimento desigual e

excludente, sobretudo para os sujeitos que estão mais vulneráveis a sofrer os impactos de grandes empreendimentos como esse.

A realocação compulsória das crianças e adolescentes e suas respectivas famílias para os RUC *São Joaquim e Laranjeiras*, no município de Altamira, Sudoeste do Pará, sem uma formulação e consolidação adequadas de políticas públicas específicas, revela uma má gestão do empreendedor e do próprio Estado que se mostra “ausente” na gestão territorial diante do capital global.

Assim, a desterritorialização aqui apreendida evidencia bem mais do que uma saída do território de origem e chegada a um novo território, ela escancara de forma emblemática as consequências de uma reprodução sistêmica e coloca em questionamento até que ponto os modelos de desenvolvimento político-institucional implantados historicamente na Amazônia continuarão sendo reproduzidos e, ainda, se tal política dita neodesenvolvimentista realmente tem gerado desenvolvimento para a região e para os sujeitos locais.

Tais questionamentos possuem diferentes respostas e demandam diferentes análises e compreensões que só serão possíveis com outras pesquisas. Os questionamentos acima são, ainda, enfatizados mediante a observação da maneira perversa com que o dinheiro tem chegado aos territórios, causando desordem e submetendo a população a um ciclo vicioso no qual se está sempre à espera de novos grandes projetos, na expectativa de uma melhoria de vida ou saída das crises (re) criadas pelo próprio sistema capitalista.

Somam-se a isso os mandos e desmandos dos agentes produtores do espaço e na subordinação e segregação socioespacial dos sujeitos da classe popular. Assim, nota-se que a desterritorialização que deveria ser seguida por uma reterritorialização, segundo Haesbaert (2006), não tem acontecido na realidade e, quando tem, dá-se de maneira vagarosa porque o empreendedor desconsiderou totalmente as relações imateriais das populações locais.

Nesse momento da pesquisa se compreende, portanto, que a reterritorialização é um processo que tende a acontecer acompanhado por diversas lacunas e fragilidades, tendo em vista que as crianças e adolescentes passaram por um deslocamento forçado, o que se reflete no estranhamento ao novo espaço de moradia, onde as relações de sociabilidade familiar e comunitária estão fragmentadas, mormente a relação com o rio Xingu, principal elo de identidade, lazer e cultura dos Altamirenses.

Dessa forma, a maior insatisfação das crianças e adolescentes reassentadas para com o novo território deve-se, sobretudo, ao descumprimento das condicionantes por parte do empreendedor, como, por exemplo, o não funcionamento pleno e adequado dos postos de saúde, as poucas áreas de lazer e as escolas que até hoje estão em fase de construção.

Percebe-se também, nas falas dos entrevistados, uma maior ênfase no sentimento de pertencimento ao antigo território, ao lugar onde se estabeleciam suas relações de convivência comunitária e familiar, mas que foram prejudicadas pelo processo de desterritorialização.

Como uma de suas consequências, esse processo ainda impulsionou a necessidade de utilização das tecnologias da comunicação e informação como forma de lazer entre as crianças e adolescentes, especialmente as redes sociais usadas para interagir e “brincar” virtualmente com seus amigos, inclusive aqueles que eram dos seus antigos locais de origem, evidenciando, assim, uma tentativa de manutenção dos antigos vínculos de amizade por meio do espaço virtual em face da impossibilidade de garanti-los no espaço real dos reassentamentos.

Faz-se importante compreender, portanto, as implicações que acarretam as políticas de desenvolvimento para as dinâmicas de vida das crianças e dos adolescentes, bem como as formas de participarem dos espaços de convivência nos novos territórios. Para tal, reconhece-se as crianças e adolescentes como seres atuantes e participativos da sociedade, bem como sujeitos territoriais que dinamizam e produzem os seus espaços sociais. Além das ciências antropológicas e psicológicas, é necessário e importante que a Geografia tome propriedade para compreender esses sujeitos, haja vista a lacuna de análises desses sujeitos na ciência geográfica.

Verifica-se que, mesmo diante dos problemas da desterritorialização, as crianças, adolescentes e seus familiares têm feito tentativas, embora muitas frustradas, de se adaptar ou recriar relações ao novo território que lhes foi imposto.

Nesse contexto, nota-se que algumas famílias buscaram utilizar, em suas novas casas, determinados espaços para a abertura de pequenos comércios, salões, depósito de bebidas e bares. Contudo, é no plano das crianças e adolescentes, em *ser* e *como* vão se estabelecer as relações de territorialidades e, por fim, nas condições objetivas de acesso às políticas públicas em que residem as problematizações para o futuro, tendo como hipótese uma reterritorialização fragilizada e precária nos Reassentamentos Urbanos Coletivos da cidade de Altamira/PA.

REFERÊNCIAS

CONSELHO TUTELAR DE DIREITO DE ALTAMIRA (CTDA). **Estatística dos encaminhamentos e casos dos conselheiros tutelares de Altamira do período de janeiro a dezembro de 2015**. Altamira: CTDA, 2016.

CONSÓRCIO CONSTRUTOR BELO MONTE (CCBM). **CR-CO-QMSSRS-OG-187-2016 – Solicitação de dados sobre desmobilização dos recursos humanos**. Altamira: CCBM, 2016.

HAESBAERT, R. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 43-70.

HAESBAERT, R. Fim dos territórios ou novas territorialidades? (org.) **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. 2002b, *In*: Lopes, L. e Bastos, L. Campinas: Mercado de Letras.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Dossiê. **Belo Monte: não há condições para a Licença de Operação**. Brasília: Instituto Socioambiental, ISBN 978-05-026, junho de 2015.

LOPES, Jader Janer M.; VASCONCELLOS, Tânia de. **Geografia da Infância. Reflexões sobre uma área de pesquisa**. 01. ed. Juiz de Fora: FEME/UFJF, 2005. 80p.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991. Editora. Paginação. Tradução organização.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA NETO, J.Q. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede de urbana: o papel da Usina Belo Monte nas Transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influencia. Presidente Pudente: [s,n], 2016.

NOGUEIRA, Amélia R. Batista. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar *In*: PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002.

NORTE ENERGIA S.A. (NESA). **Projeto Básico Ambiental – Volume II: Plano de Atendimento à População Atingida**. Brasília: NESA, 2011.

NORTE ENERGIA S.A. (NESA). **Relatório final consolidado de andamento do PBA e do atendimento de condicionantes**. Brasília: NESA, 2015a.

OLIVEIRA, A. C.; CONCEIÇÃO, R, S. Impactos sociais das políticas compensatórias da usina de Belo Monte: dinâmicas de afetação às crianças e aos adolescentes / Social Impacts of Compensatory Policies of Belo Monte Plant: Affectation Dynamics to Children and Adolescents. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, p. 8-34, 2016.

PIAGET, J.; BARBEL, I. **The Psychology of the Child**. Nova Iorque, Basic Books, 1969.

PINHO, V. A.; OLIVEIRA, A. C. (coods.). **Relatório Final do Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira-PA**. Altamira: s/ed., 2013. Disponível em: www.rodasdedireito.com.br. Acesso em: 17 de jan. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP. 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

SIMIELLI, Maria Elena. Cartografia no ensino fundamental e médio. In: **A Geografia em sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E.; ANDRADE, L. M. M. de. Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas. In: SANTOS, L. A. O.; ANDRADE, L. M. M. 23. (orgs). **As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas.** São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, p.7-23, 1988.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 153.65 - V631. 1988.

Recebido em: 28/10/2019
Aprovado em: 30/11/2019